

Programa Renda Agricultor Familiar: uma análise das estratégias de superação da vulnerabilidade social no Estado do Paraná

Family Agricultural Income Program: an analysis of strategies for overcoming social vulnerability in State of the Paraná

Programa Renda Agricultor Familiar: un análisis de las estrategias para superar la vulnerabilidad social en el Estado de Paraná

Larisse Medeiros Gonçalves*

Marcio Gazolla**

Adriane Rodrigues Zboralski***

Marcos Junior Marini****

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a atuação do Programa Renda Agricultor Familiar (PRAF) nos processos de inclusão social e produtiva das famílias pobres do Paraná. Como dados secundários do estado do Paraná, foram analisados relatórios, painéis, planilhas em Excel®, relatos de casos (dados qualitativos) publicados pela Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) e pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná). Usou-se o Programa Qgis® para construção de mapas georreferenciados. Os resultados demonstraram que o programa colaborou com os assistidos em diversos aspectos, como a

* Mestre em Agronomia com ênfase em Produção Vegetal pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, Paraná, Brasil. Engenheira Agrônoma pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, Castanhal, Paraná, Brasil. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, Paraná, Brasil.

E-mail: larisse@alunos.utfpr.edu.br

** Doutor e Mestre em Desenvolvimento Rural, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, com período de doutoramento sanduíche na Universidade de Pisa, Itália. Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Professor Titular e Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, Paraná, Brasil.

E-mail: marciogazolla1@gmail

*** Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e graduada em Agronomia, ambas pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, Paraná, Brasil, com projeto de pesquisa relacionado com o acesso e uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) pelas famílias em situação de vulnerabilidade social. Extensionista Rural do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, Sulina, Paraná, Brasil.

E-mail: adrianezboralski1@gmail.com

**** Doutor em Tecnologia, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil; com estágio de pós-doutorado junto ao Instituto Interuniversitário de Desarrollo Local da Universidade de Valência, Espanha. Mestre em Informática pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. Especialista em Metodologia do Ensino Tecnológico e Informática Educativa, e graduado em Processamento de Dados, todos pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. É professor do ensino superior e, atualmente, Diretor de Projetos da Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

E-mail: marini@utfpr.edu.br

Artigo recebido em abril/2024 e aceito para publicação em maio/2025.

melhoria das condições sanitárias e ambientais, bem como lhes possibilitou apoio financeiro nas atividades produtivas e econômicas, agropecuárias e não agropecuárias. No entanto, é importante uma melhor espacialização da política pública para atingir os municípios que possuem maiores números de agricultores familiares em situação de vulnerabilidade social. Além disso, pondera-se que o foco de atuação do PRAF deve ser ampliado ou outras políticas sociais e de inclusão produtiva, pois as múltiplas vulnerabilidades das famílias agricultoras exigem esforços multifocais para serem sanadas estruturalmente, visando o pleno desenvolvimento humano e rural destes atores.

Palavras-chave: Políticas públicas. Bem-estar social. Agricultura familiar. Desenvolvimento humano e rural.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the performance of the Family Farmer Income Program (PRAF) in the processes of social and productive inclusion of poor families in Paraná. To analyze the secondary data from the state of Paraná, we explored reports, panels, excel® spreadsheets, and case reports (qualitative data) published by the Secretariat of Justice, Family, and Labor (SEJUL) and by the Paraná Rural Development Institute (IDR-Paraná). The Qgis® program was used to build georeferenced maps. The Qgis® program was used to build georeferenced maps. The results showed that the program collaborated with those assisted in several aspects, such as the improvement of sanitary and environmental conditions, as well as the possibility of financial support in productive and economic agricultural and non-agricultural activities. However, it is important to improve the spatialization of public policy to reach the municipalities that have the largest numbers of family farmers in situations of social vulnerability. In addition, it is pondered that the PRAF should be expanded in the focus of action or other social and productive inclusion policies, because the multiple vulnerabilities of FAs require multifocal efforts to be structurally remedied, aiming at the full human and rural development of these actors.

Keywords: Public policy. Social welfare. Family farming. Human and rural development.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es analizar el desempeño del Programa Renta Agricultor Familiar (PRAF) en los procesos de inclusión social y productiva de las familias pobres en Paraná, Brasil. Se analizaron datos secundarios del estado de Paraná, incluidos informes, paneles, hojas de cálculo de Excel®, estudios de casos (datos cualitativos) publicados por la Secretaría de Justicia, Familia y Trabajo (SEJUL) y por el Instituto de Desarrollo Rural de Paraná (IDR-Paraná). Se utilizó el programa Qgis® para construir mapas georreferenciados. Los resultados mostraron que el programa contribuyó en varios aspectos de asistencia, como la mejora de las condiciones sanitarias y ambientales, así como la provisión de apoyo financiero para actividades productivas y económicas agrícolas y no agrícolas. Sin embargo, es importante espacializar mejor la política pública para llegar a los municipios con un mayor número de agricultores familiares en situación de vulnerabilidad social. Además, se argumenta que el enfoque de la acción del PRAF debería ampliarse o implementarse otras políticas de inclusión social y productiva, ya que las múltiples vulnerabilidades de las familias agrícolas requieren esfuerzos multifocales para ser abordadas estructuralmente, con miras al pleno desarrollo humano y rural de estos actores.

Palabras clave: Políticas públicas. Bienestar social. Agricultura familiar. Desarrollo humano y rural.

1 INTRODUÇÃO

A abordagem multidimensional do desenvolvimento proposta por Sen (2000) enfatiza a importância de não apenas focar no crescimento econômico, mas também nas capacidades e liberdades dos indivíduos. A pobreza é vista como uma privação dessas liberdades, o que demanda que as políticas públicas sejam adaptadas à realidade socioeconômica e cultural de cada território, com a participação ativa da população. A implementação de políticas inclusivas é crucial para melhorar a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade social, como demonstrado por Jannuzzi e Sousa (2016), que destacam os avanços na minimização da pobreza e do acesso a serviços públicos nas últimas duas décadas.

A agricultura familiar (AF), apesar de seu papel vital no fornecimento de alimentos, enfrenta desafios significativos. Os dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam que quase 54% dos agricultores brasileiros são classificados como pobres (IBGE, 2019). Gazolla, Aquino e Simonetti (2018) identificam lacunas em relação à terra, às tecnologias, à assistência técnica, à organização social e ao acesso ao crédito rural. Nesse cenário, políticas direcionadas à AF são essenciais para enfrentar as vulnerabilidades sociais. O Programa Renda Agricultor Familiar (PRAF) foi criado no Paraná com o objetivo de beneficiar essas famílias, reduzir desigualdades e promover o desenvolvimento rural. Nessa perspectiva, o objetivo central deste trabalho é analisar a atuação do PRAF nos processos de inclusão social e produtiva das famílias pobres do Paraná.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E POBREZA RURAL: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES E DESAFIOS NO CONTEXTO BRASILEIRO

A vulnerabilidade social é um fenômeno complexo que se manifesta em diferentes dimensões, influenciado por fatores sociais, políticos, culturais e econômicos em diversas escalas. Segundo Thomas *et al.* (2019), essa vulnerabilidade está associada à exposição a riscos, à sensibilidade às adversidades e à capacidade de adaptação dos atores. No contexto da execução de políticas públicas, a abordagem do desenvolvimento territorial tem sido uma prioridade nas últimas décadas, focando na redução da pobreza e na promoção do bem-estar social (MIEŽIENE; KRUTULIENE, 2019). Também é consenso na literatura que o crescimento econômico de um país, ou mesmo de um território, não é suficiente para combater a pobreza, e esforços governamentais coordenados são necessários (GRISA; SCHNEIDER, 2014; VIECELLI; GAZOLLA; MARINI, 2017).

Conforme Sen (2000), a definição de pobreza transcende a falta de renda, englobando a privação de recursos materiais e o acesso a serviços essenciais. Essa abordagem revela que as pessoas estão em situação de vulnerabilidade não apenas

pela escassez de recursos, mas também pela ausência de políticas que promovam a inclusão. Abramovay *et al.* (2002) reforçam essa ideia, afirmando que a vulnerabilidade resulta da insuficiência de recursos e habilidades, que dificulta a plena participação. Assim, as políticas públicas devem se concentrar tanto nas pessoas em situação de pobreza quanto naquelas em risco de se tornarem pobres.

Na América Latina, o legado colonial e a desigualdade estrutural perpetuam ciclos de pobreza em todos os países. Apesar de melhorias na distribuição de renda, a região continua a ser uma das mais desiguais do mundo, com cerca de 184 milhões de pessoas vivendo em condições de pobreza em 2017; 62 milhões delas em extrema pobreza (CEPAL, 2019; ONU, 2020). Essa desigualdade é reflexo de uma economia que favorece a concentração de renda e a exclusão social, também abrangendo as áreas rurais, onde agricultores familiares enfrentam dificuldades significativas.

No Brasil, a vulnerabilidade social no meio rural é particularmente crítica. Estudos de Gazolla, Aquino e Simonett (2018), e Lovatel Simonetti e Gazolla (2018) destacam que fatores históricos, como a concentração de terras e a falta de acesso a recursos, contribuem para que esses agricultores sejam excluídos dos processos de desenvolvimento. Os agricultores familiares possuem baixa renda, pequenas áreas de cultivo, níveis reduzidos de escolaridade e dificuldades de acesso a mercados, tecnologias e serviços.

Nesse cenário, o papel do Estado na promoção do bem-estar social torna-se crucial. Kerstenetzky e Kerstenetzky (2015) definem o bem-estar social como a responsabilidade do Estado de garantir condições mínimas de vida aos cidadãos, incluindo transferências financeiras e serviços públicos. A noção de bem-estar social sugere que o Estado não apenas administre bens coletivos, mas também que exerça um papel central no fortalecimento econômico e social dos atores mais vulneráveis.

As políticas sociais devem ser orientadas para a superação da pobreza, visando não apenas a assistência, mas também a capacitação e a inclusão produtiva (AQUINO *et al.*, 2017). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 1 (erradicação da pobreza), o ODS 8 (promoção do trabalho decente) e o ODS 10 (redução das desigualdades), fornecem uma estrutura para a implementação de políticas públicas que busquem a inclusão social e econômica.

No Paraná, os espaços rurais enfrentam desafios relacionados à pobreza e à desigualdade. A literatura aponta um aumento da heterogeneidade na população rural, incluindo grupos tradicionais, tais como indígenas e quilombolas (WEDIG, 2020). Dados do CadÚnico indicam que 79.678 famílias no Paraná vivem em situação de pobreza, com 66% dessas famílias em extrema pobreza. Pesquisas confirmam que a pobreza é mais intensa na zona rural, onde trabalhadores e agricultores familiares enfrentam maiores graus de vulnerabilidades sociais. Os dados do último Censo Agropecuário do IBGE (2019), por exemplo, evidenciam que em torno de 33,03% dos agricultores familiares seriam classificados como pobres pelo levantamento.

Portanto, as políticas públicas voltadas para a mitigação da vulnerabilidade social no meio rural precisam adotar uma abordagem multifacetada, levando em consideração aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. A análise crítica das políticas existentes é essencial para promover mudanças efetivas que possam transformar a realidade das populações rurais vulneráveis.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A delimitação geográfica escolhida para este estudo é o estado do Paraná. O recorte geográfico se justifica pelo fato de que a política pública em análise atua exclusivamente no estado do Paraná, sendo operada pelo Governo Estadual. O estado do Paraná possui uma área territorial de 199.298,982 km², com população estimada de 11.597.484 pessoas em 2021. Sua densidade demográfica, calculada no último censo do IBGE, foi de 52,40 hab./km². O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado é de 0,749 (IBGE, 2010).

Analizou-se a atuação do Programa Renda Agricultor Familiar (PRAF) na inclusão social e produtiva das famílias pobres do Paraná, a partir de uma abordagem mista que incorpora dados secundários e relatos qualitativos. Foram coletados dados junto à Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), à Secretaria de Estado do Desenvolvimento (SEDS), à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR). Essas informações foram acessadas por meio de contatos por e-mail e consulta às páginas web das instituições. Adicionalmente, os dados do último Censo Agropecuário de 2017, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram utilizados para comparação e contextualização dos resultados.

No âmbito da visualização e da análise geoespacial, o software QGIS® foi empregado para construir mapas georreferenciados, permitindo uma representação visual dos dados de localização e distribuição dos recursos do PRAF nas áreas atendidas. Conforme definido por Doane e Seward (2014), a análise estatística descritiva foi utilizada para coletar, organizar e apresentar os dados de forma prática e simplificada, facilitando sua interpretação.

As variáveis analisadas incluíram os municípios assistidos, a distribuição de recursos, os valores repassados e as ações realizadas ao longo de uma série histórica de 2015 a 2021. Também foram investigadas as atividades implementadas e os projetos aprovados pela SEAB para pagamento em 2021.

Os dados das famílias participantes do PRAF foram cruzados com as informações do IBGE sobre a pobreza rural no Paraná, utilizando o CadÚnico e o Mapa de Distribuição das Regiões com Estabelecimentos Agropecuários do Grupo B, extraído do Censo Agropecuário de 2017.

Essa integração de dados, apontados em mapas georreferenciados, permitiu uma compreensão mais abrangente da atuação do programa, especialmente em relação às regiões mais empobrecidas, e possibilitou uma análise aprofundada sobre a influência do PRAF na realidade social e produtiva das famílias rurais vulneráveis do estado.

4 CONHECENDO O PROGRAMA RENDA AGRICULTOR FAMILIAR (PRAF)

O PRAF é um subprograma dentro de um maior chamado Programa Nossa Gente Paraná. Ele visa o acolhimento da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, amparado pelo Decreto nº 2573, de 8 de outubro de 2015. Seu objetivo é prestar assistência financeira às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica contempladas pelo Programa Família Paranaense.

O Programa foi desenvolvido e criado em 2015, em parceria entre a SEAB, a SEDS, o IDR-Paraná, a SEJUF e os municípios. Seu objetivo é cooperar na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias assistidas, bem como desenvolver atividades que fomentem a geração de renda, tudo isso com inclusão social e acesso às políticas públicas que visam melhorar a qualidade de vida dos envolvidos.

Essa política possui vínculos com o trabalho de ATER, efetivado por extensionistas do IDR-Paraná, em conjunto com as famílias agricultoras, e visa estruturar a unidade produtiva familiar, abrangendo três conjuntos de áreas: a) o saneamento básico (construção ou melhoria de banheiro, proteção de fontes, destinação adequada das águas usadas); b) a produção para autoconsumo (avicultura, horticultura, fruticultura) e; c) o apoio a processos produtivos (geração de renda por meio de atividades agrícolas e não agrícolas) (PARANÁ, 2021).

Os projetos produtivos, bem como sugestões de ações, são discutidos entre extensionistas rurais e famílias para modificar e melhorar a qualidade de vida. Leva-se em consideração a viabilidade técnica do projeto em conjunto com os conhecimentos empíricos e a experiência das famílias sobre oportunidades de trabalho, assim como a participação em treinamentos e a duração destes. Além disso, é relevante os aspectos ambientais das atividades escolhidas e os mercados para os produtos ou serviços que a família deseja desenvolver (PARANÁ, 2021).

O valor do auxílio financeiro recebido pelas famílias é de até R\$ 3 mil. Um ponto importante a ser comentado é que famílias com renda *per capita* de até R\$ 210,00/mês incluídas no projeto até 14 de junho de 2018 receberam três parcelas de R\$ 1.000,00, e famílias com renda *per capita* entre R\$ 100,01 e R\$ 170,00 incluídas no projeto até 14 de junho de 2018 receberam duas parcelas de R\$ 1.000,00. Para seleção das famílias que foram beneficiadas pelo programa, as entidades levam em

consideração o Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF)/PR¹, criado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). As principais etapas de ação do programa são: busca ativa por famílias em situação de vulnerabilidade social; preparação do projeto da unidade de produção familiar (UPF); implementação do projeto; acompanhamento da família; e avaliação da ação (PARANÁ, 2021a).

Geralmente, tais famílias estão registradas no Cadastro Único (CadÚnico), são integradas no Programa Nossa Gente Paraná, residem na área rural de municípios prioritários e possuem renda mensal *per capita* de até R\$ 178,00/mês (PARANÁ, 2021a). Além disso, são consideradas residentes de pequenos negócios agrícolas, com poucas inserções produtivas e nenhuma integração aos mercados. Também é considerada a principal fonte de renda, tais como trabalhos temporários, pensões e programas de transferência de renda, precariedade de vida e baixa escolaridade.

O Quadro 1 demonstra os critérios de elegibilidade das famílias dentro do programa. As famílias agricultoras são selecionadas pelos Comitês Locais do Programa Nossa Gente Paraná (PARANÁ, 2021a). Os espaços rurais possuem grande diversidade e, em função disso, o PRAF avalia as diversas categorias do campo, tais como indígenas, quilombolas, faxinalenses, agricultores familiares e pescadores. Devido a essa diversidade social, as parcerias com diversas instituições são destacadas como fundamentais para apoiar as famílias beneficiárias do programa por meio de uma atuação interdisciplinar e participativa.

QUADRO 1 - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE NO PROGRAMA RENDA AGRICULTOR FAMILIAR

| PONTOS DE ORIENTAÇÃO PARA INSERÇÃO DE AGRICULTORES NA POLÍTICA | |
|--|--|
| 1 | Morar em município que participa do programa |
| 2 | Pertencer ao Cadastro Único |
| 3 | Encontrar-se em vulnerabilidade social conforme IVF/PR ⁽¹⁾ |
| 4 | Ter renda mensal <i>per capita</i> igual ou inferior ao dobro da renda das famílias em situação de extrema pobreza |
| 5 | Pertencer ao Programa Família Paranaense |

FONTE: SEJUF (2021)

NOTA: Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF/PR).

5 ATUAÇÃO DO PROGRAMA RENDA AGRICULTOR FAMILIAR NO COMBATE À POBREZA RURAL

A partir dos dados obtidos, evidenciou-se que o projeto atendeu 6.154 famílias entre 2015 e maio de 2021. Das famílias atendidas, destacam-se 211 pertencentes a povos indígenas e 53 identificadas como quilombolas. Outro ponto a ser salientado é

¹ Esse índice é calculado a partir da versão 7 da base de dados do CadÚnico. Por isso, é essencial que a comunidade continue atualizando os dados deste cadastro para que se possa calcular o índice. Este índice varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, mais vulnerável é a família.

que mais de 97% dessas famílias possuem uma mulher como responsável. As mulheres totalizam 12.284 membros na composição das famílias, sendo que algumas podem ser compostas apenas por elas. O número de crianças de 0 a 12 anos alcançadas foi de 7.439, enquanto o de adolescentes, com idades entre 13 e 17 anos, foi de 1.969. Indivíduos com alguma deficiência totalizam 304 pessoas no programa.

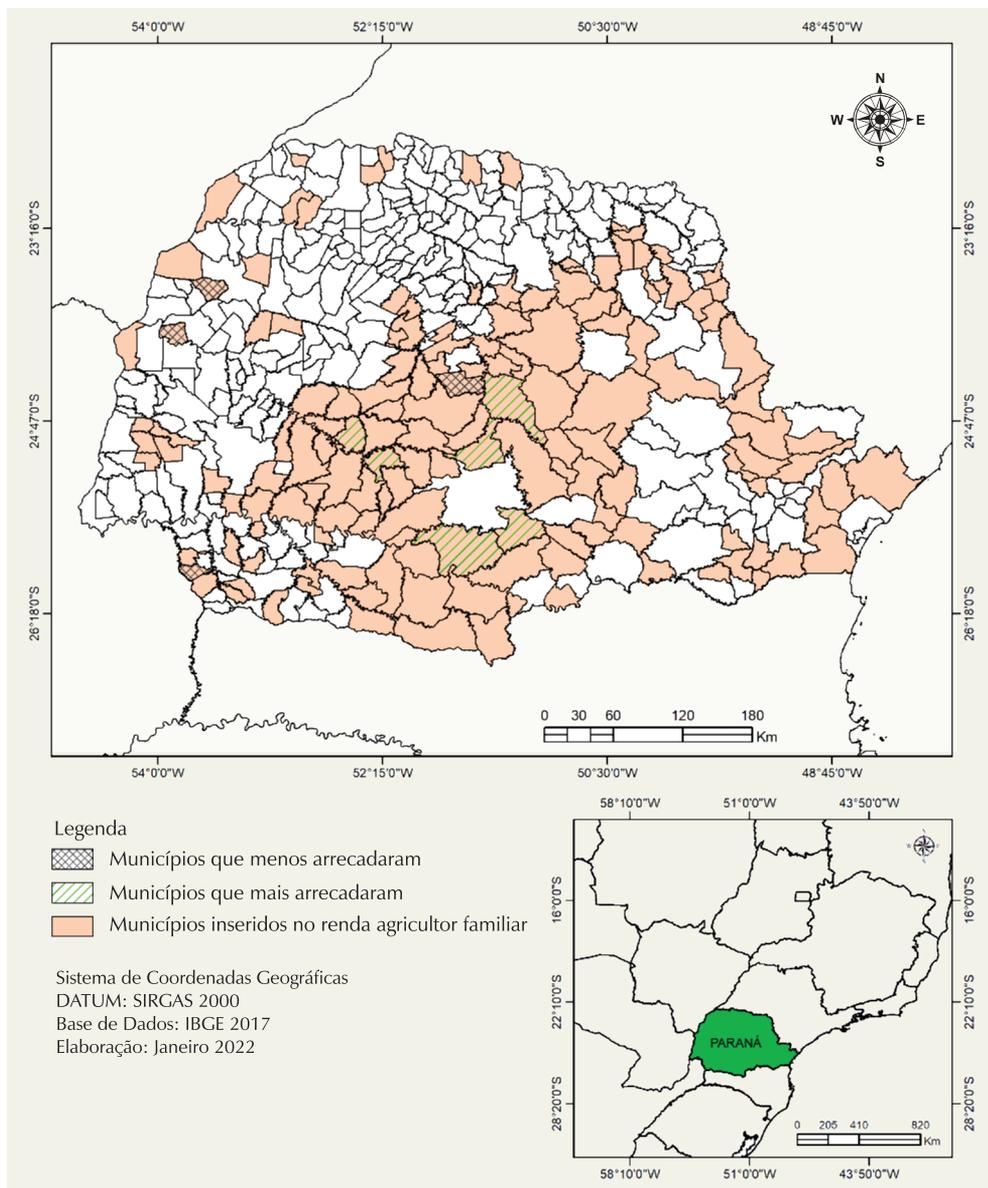
Conforme Sen (2000), a desigualdade entre mulheres e homens restringe as liberdades substantivas das primeiras. Portanto, o reconhecimento de sua atuação nos coletivos é de extrema importância para que ocorram processos de desenvolvimento humano. Nesse sentido, o reconhecimento do PRAF junto ao público feminino é crucial para remover os diversos bloqueios históricos que as mulheres têm vivenciado no meio rural (VEDANA *et al.*, 2022). O autor ressalta que ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e influenciar o mundo, questões centrais para os processos de desenvolvimento. Esta formulação de Sen (2000) é válida, pois esses atores sociais interagem com os mercados, participam de atividades coletivas e exercem influência em esferas públicas diversas.

Sen (2000) enfatiza a importância da liberdade para o desenvolvimento humano. Nesse viés, os dados revelam que o PRAF tem impactado diretamente a vida dessas famílias, a maioria lideradas por mulheres, evidenciando que o programa proporciona oportunidades e remove barreiras históricas para as mulheres, promovendo liberdade individual e contribuindo para o desenvolvimento humano e social em comunidades rurais. Além disso, a inclusão de indivíduos com deficiência destaca a importância da acessibilidade e da igualdade de oportunidades para todos os membros da sociedade.

A Figura 1 apresenta a distribuição dos municípios que participam do PRAF. Os dados demonstram que mais de 24 mil pessoas foram beneficiadas pelo programa em 153 municípios, dispostas em 19 regionais. Dos 399 municípios do estado, aproximadamente 38% possuem cobertura dessa política de inclusão social e produtiva. Os maiores valores de repasse variaram entre R\$ 574.000,00 e R\$ 301.000,00, com seis municípios que receberam os valores - Turvo, Pinhão, Marquinho, Laranjal, Inácio Martins e Inácio de Abreu - e quatro municípios que receberam o valor mínimo, de R\$ 3.000,00 de auxílio - Alves, Pranchita, Xambrê e Manoel Ribas.

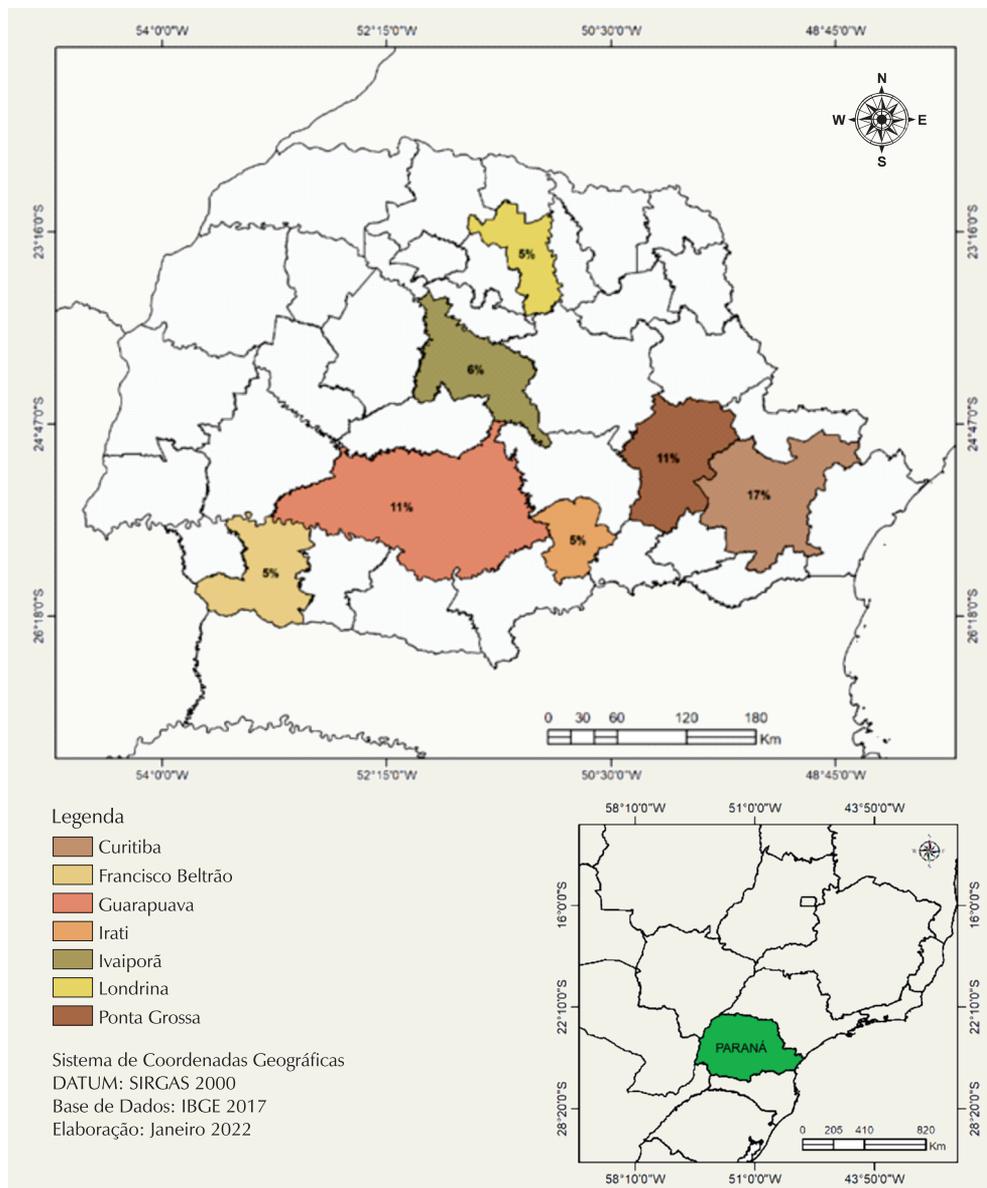
As indagações que se elaboram aqui são: o PRAF comporta o grupo considerado vulnerável segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017? Será que o programa também absorve o público das famílias pobres do meio rural do Paraná inscritas no CadÚnico? Com os dados presentes nas Figuras 2 e 3, tenta-se responder a essas questões e cruzar os dados do PRAF com estas duas outras bases de dados estatísticos, de modo a perceber se as famílias agricultoras pobres estão satisfatoriamente contempladas em termos de números e qual sua distribuição geográfica.

FIGURA 1 - PARANÁ: MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE PARTICIPARAM DO PROGRAMA RENDA AGRICULTOR FAMILIAR



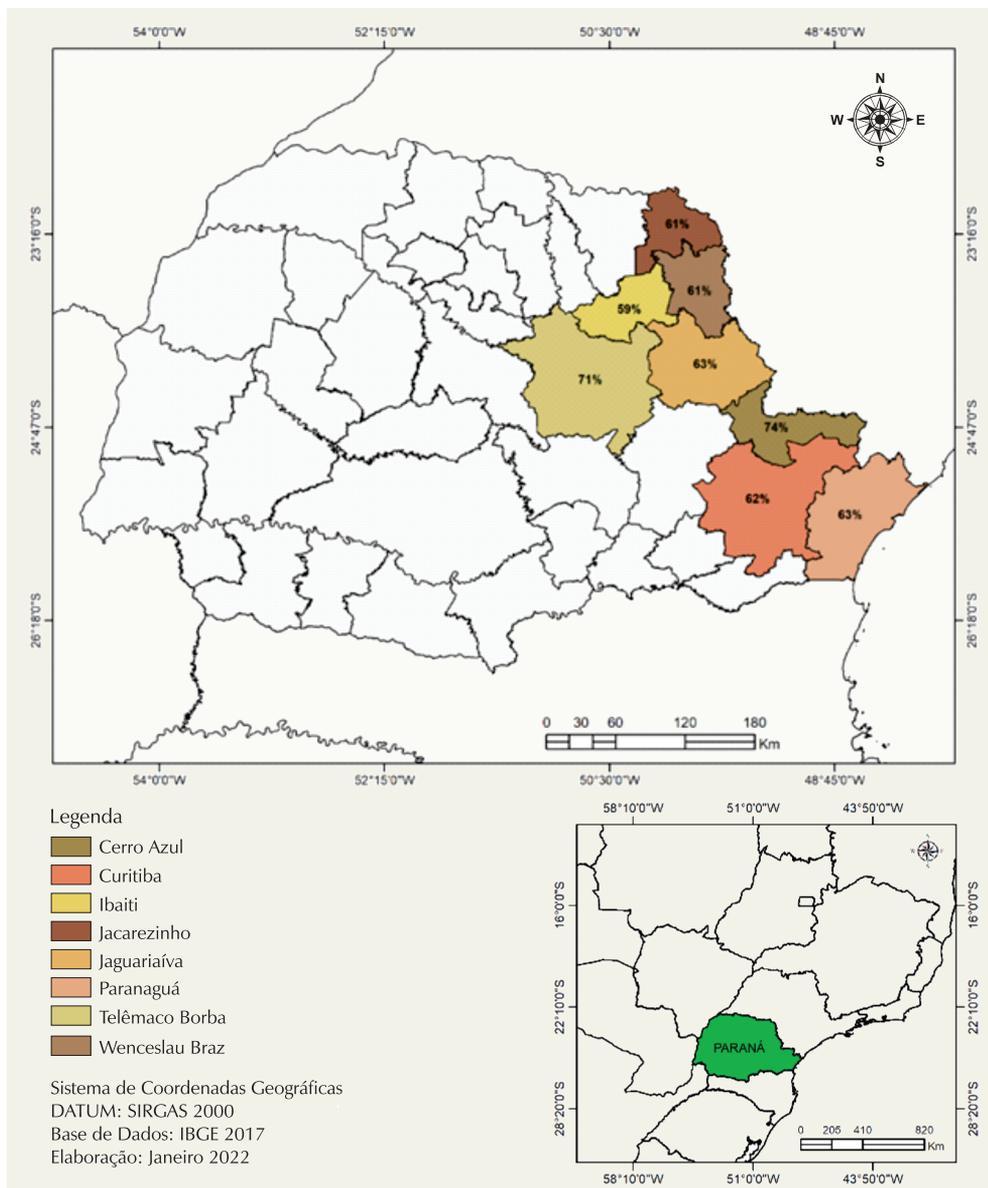
FONTE: Adaptados de Paraná (2021)

FIGURA 2 - MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS REGIÕES COM MAIOR POBREZA LOCALIZADOS NA ÁREA RURAL DO PARANÁ, DE ACORDO COM O CADÚNICO



FONTE: Adaptados de Paraná (2021)

FIGURA 3 - PARANÁ: MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS REGIÕES COM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS PERTENCENTES AO GRUPO B, A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017



FONTE: Adaptados de Paraná (2021)

Os dados do CadÚnico evidenciam que existe um maior número de famílias em vulnerabilidade social nas zonas rurais das microrregiões de Curitiba (17%), seguidas pelas regiões de Guarapuava e Ponta Grossa (11%), Ivaiporã (6%) e Francisco Beltrão, Irati e Londrina (5%). Em relação aos dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019), as microrregiões onde se encontram atores sociais mais vulneráveis no rural são as de Cerro Azul (74%) e Telêmaco Borba (71,53%), seguidas das de Paranaguá e Jaguariaíva (63%).

Em termos de localização geográfica, os dados do CadÚnico apontam para a presença maior da pobreza rural na região de Curitiba e no centro do estado. Já os dados do IBGE demonstram que a pobreza se concentra em Curitiba e em seu entorno, seguidos pela região Leste do Paraná. Os dados do PRAF evidenciam que essas regiões estão mais incluídas na política e o programa está bem focalizado nas regiões e famílias pobres, que mais necessitam de apoio social e de inclusão produtiva. Embora o PRAF esteja também bastante atuante na Região Sudoeste e esteja presente em todas as regiões do Paraná, tais valores são bem menores que o número de famílias atendidas nas microrregiões de Curitiba e Guarapuava.

A Microrregião de Guarapuava foi a que recebeu mais recursos do PRAF (Turvo, Pinhão, Inácio Martins e Marquinho), somando por volta de 12,07%. Essa microrregião aparece com os maiores números de famílias rurais em situação de pobreza, segundo os dados do CadÚnico. Todavia, a região que possui os maiores números de pobres rurais no estado do Paraná é a microrregião de Curitiba. Ademais, a microrregião de Guarapuava não aparece nos dados do Censo IBGE (2019) dentre as regiões com maiores índices de vulnerabilidade social, demonstrando que o PRAF não comporta o grupo considerado vulnerável do Censo Agropecuário de 2017.

Gazolla, Aquino e Simonetti (2018) discutem que, embora Curitiba seja uma das microrregiões mais desenvolvidas do Paraná, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,823, que é considerado alto, esse fato não se estende aos ambientes rurais, bem como às famílias agricultoras, evidenciando uma contradição nos processos de desenvolvimento regional. Marin (2021) destaca que, nos últimos anos, alguns programas sociais e de cunho produtivo tem sido grandes impulsionadores da pluriatividade e da juventude rural na microrregião de Curitiba, demonstrando que tais políticas atuam em longo prazo sobre os indicadores de pobreza rural.

Frente a essas diversas fontes de dados, o mais importante é que as instituições públicas que administram e operam o PRAF o façam de forma a aprimorar seus sistemas de informações para que o programa incida mais fortemente sobre as regiões e famílias do âmbito rural paranaense que estão em real situação de vulnerabilidade social. É interessante que exista um aperfeiçoamento das formas de levantamento de informações, a fim de guiar processos de desenvolvimento humano com políticas públicas adequadas aos focos de necessidade da sociedade. Disponibilizadas e

aplicadas em regiões onde as demandas são mais críticas, é maior a probabilidade de sucesso no combate à pobreza, já que se está operando política orientada por evidências (JANNUZZI; SOUSA, 2016).

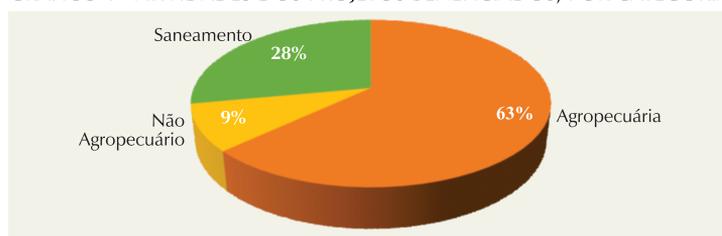
A controvérsia nos dados levanta questões cruciais sobre a forma como os atores responsáveis pela implementação de políticas públicas devem agir para melhor contemplar as famílias pobres rurais. É evidente que há discrepâncias entre os dados do Cad Único, do IBGE e do PRAF, destacada a complexidade da pobreza rural e a necessidade de uma abordagem mais integrada. Para enfrentar tal complexidade, os formuladores de políticas devem adotar uma abordagem mais holística, que considere não apenas os dados estatísticos, mas também as dinâmicas socioeconômicas específicas de cada região. Isso requer uma análise mais integrada dos dados, bem como maior sintonia da política com as realidades e os atores locais.

Além disso, é crucial que as políticas públicas sejam flexíveis e adaptáveis para responder às necessidades específicas das comunidades rurais em constantes mudanças. Isso pode incluir a implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação mais robustos, a fim de identificar lacunas e áreas de melhoria ao longo do tempo. Garantir que as famílias mais pobres sejam adequadamente atendidas requer um compromisso contínuo com a equidade e a justiça social por parte dos tomadores de decisão e implementadores de políticas. Isso envolve não apenas a alocação de recursos adequados, mas também o fortalecimento da capacidade das comunidades locais para se tornarem agentes ativos de seu próprio desenvolvimento.

Os recursos do PRAF são provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em parceria com o estado e com o Fundo Estadual de Combate à Pobreza. Até maio de 2021, foram gastos em torno de R\$ 16.893.000,00 de investimento nesta política de inclusão social e produtiva. É possível analisar os processos de desenvolvimento (humano/rural) gerados a partir dos recursos, analisando-se em que atividades de inclusão social e produtiva eles foram aplicados, conforme evidencia o Gráfico 1. Em torno de 63% dos valores foram gastos com projetos agropecuários; 28% dos valores, com a melhoria ou inserção de saneamento nas UPs; e 9%, em projetos não agropecuários.

Conforme estudo de Lovatel, Simonetti e Gazolla (2018), as famílias agriculturas em situação de pobreza (seja por indisponibilidade de terra, falta de máquinas ou ferramentas para atividades agrícolas, ou por outras razões) podem optar por desenvolver atividades não agropecuárias, tais como vendas de produtos diversos ou empreendimentos de cuidados pessoais (manicure e cabelereiro, por exemplo). Embora seja tímida a porcentagem relacionada a projetos não agropecuários, tem havido um crescimento dessa opção, devido à heterogeneidade e às dinâmicas das fontes de renda, o que revela maior fortalecimento da economia local e impulso para superação da pobreza no âmbito rural (AQUINO; NASCIMENTO, 2020).

GRÁFICO 1 - ATIVIDADES DOS PROJETOS BENEFICIADOS, POR CATEGORIA



FONTE: Paraná (2021)

Na Tabela 1, os três grandes conjuntos de atividades de atuação do PRAF são abertos em subcategorias e possibilitam analisar suas especificidades de atuação no combate à pobreza rural. Foram cerca de 10.480 projetos, total superior ao de famílias, pois a família pode utilizar mais de uma estratégia de inclusão social e produtiva. Das atividades agropecuárias apoiadas pelo PRAF, as mais presentes são a avicultura (18,60%), a horticultura (18,49%), a bovinocultura leiteira (11,47%) e a suinocultura (6,95 %). Já em relação às atividades não agropecuárias, as principais fortalecidas pelo PRAF foram: materiais para manicure e cabelereiro, ferramentas de prestação de serviços, artesanato, costura, revenda de produtos, entre outros.

TABELA 1 - TOTAL DE ATIVIDADES APOIADAS CONFORME IDENTIFICAÇÃO DOS SUBPRODUTOS NO SISTEMA DO PROGRAMA RENDA AGRICULTOR FAMILIAR - PARANÁ

| SUBPRODUTO/ATIVIDADE | QUANTIDADE | <i>Continua</i> |
|--|------------|-----------------|
| | | (%) |
| Saneamento - Construção/melhoria de banheiro | 2.308 | 22,02 |
| Produção - Aves | 1.949 | 18,60 |
| Produção - Horticultura | 1.938 | 18,49 |
| Produção - Bovino leiteiro | 1.202 | 11,47 |
| Produção - Suínos | 728 | 6,95 |
| Processos produtivos - máquinas/ferramentas para prestação de serviço | 402 | 3,84 |
| Saneamento - Canalização/abastecimento | 371 | 3,54 |
| Saneamento - Proteção de nascentes e fontes | 199 | 1,90 |
| Processos produtivos - Panificação | 193 | 1,84 |
| Outros | 171 | 1,63 |
| Processos produtivos - Produção e comercialização de alimentos | 160 | 1,53 |
| Processos produtivos - Artesanato | 93 | 0,89 |
| Produção - Olericultura | 91 | 0,87 |
| Processos produtivos - Costura | 90 | 0,86 |
| Saneamento - Tratamento dos efluentes (zona de raízes, fossa séptica, caixa de gordura e outros) | 89 | 0,85 |
| Produção - Erva-mate | 70 | 0,67 |
| Processos Produtivos - Outros | 58 | 0,55 |

TABELA 1 - TOTAL DE ATIVIDADES APOIADAS CONFORME IDENTIFICAÇÃO DOS SUBPRODUTOS NO SISTEMA DO PROGRAMA RENDA AGRICULTOR FAMILIAR - PARANÁ

| SUBPRODUTO/ATIVIDADE | QUANTIDADE | Conclusão |
|--|------------|-----------|
| | | (%) |
| Produção - Fruticultura | 55 | 0,52 |
| Produção - Abelhas/Mel | 48 | 0,46 |
| Produção - Carneiros/Ovelhas | 39 | 0,37 |
| Processos produtivos - outros (agrícolas) | 37 | 0,35 |
| Produção - Peixes | 34 | 0,32 |
| Produção - Bichos-da-seda | 31 | 0,30 |
| Produção - outros (agricultura) | 31 | 0,30 |
| Processos Produtivos - Salão de beleza/cabeleireiro/manicure | 28 | 0,27 |
| Processos produtivos - Material de Pesca | 16 | 0,15 |
| Processos produtivos - outros (não agrícolas) | 16 | 0,15 |
| Produção - Café | 10 | 0,10 |
| Produção - Caprinos | 8 | 0,08 |
| Produção - outros (pecuária) | 8 | 0,08 |
| Produção - Bovino de corte | 7 | 0,07 |
| TOTAL | 10.480 | 100,00 |

FONTE: Paraná (2021).

Os projetos agropecuários revelam uma diversidade de atividades, o que pode ser estratégico para compreender uma gama mais ampla de demandas locais, promovendo, assim, a segurança alimentar e nutricional tanto dos agricultores quanto dos consumidores. Políticas públicas que incentivam a diversificação da produção para autoconsumo e comercialização dos excedentes são essenciais para mitigar a pobreza, pois reduzem a vulnerabilidade social e a insegurança alimentar entre os agricultores (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

O saneamento buscou o fomento de projetos de construção de banheiros e fossas sanitárias, assim como o abastecimento de água com proteção de fontes e aquisição de caixas d'água para armazenamento, especialmente durante o período de estiagem. O incentivo ao saneamento contribui para a qualidade de vida das famílias agricultoras, promovendo melhorias nas condições sanitárias. Um estudo realizado por Moura e Procopiuck (2020) apontou um panorama preocupante para as áreas rurais do Paraná, indicando que apenas cerca de 3,5% das famílias rurais dos municípios possuíam saneamento básico adequado em 2016.

O saneamento básico é um direito de todo cidadão, conforme a Lei de Saneamento Básico, nº 11.445 de 2007, que incorpora a visão dos direitos humanos ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário. A lei instrumentaliza o planejamento em saneamento básico para todas as regiões, sejam elas rurais ou

urbanas, contribuindo para a dignidade humana, a qualidade de vida e a redução da pobreza, especialmente no meio rural. Destaca-se que o saneamento, juntamente com as atividades agropecuárias e não agropecuárias do PRAF, desempenhou um papel importante no desenvolvimento rural e regional, servindo como um apoio crucial para as pessoas assistidas. Essas ações, quando integradas, contribuem significativamente para o combate à pobreza rural.

Essa integração de esforços demonstra que não existe uma única solução para os problemas enfrentados pelas comunidades rurais, mas sim uma combinação de intervenções que visam atacar as várias faces da pobreza. Ao unir políticas que visam melhorar as condições sanitárias com iniciativas que promovem o desenvolvimento econômico e social, cria-se um ambiente mais propício para o desenvolvimento sustentável e humano. Além disso, essa reflexão ressalta a importância de uma abordagem centrada nas pessoas, que reconheça as necessidades e realidades específicas das comunidades rurais. Isso significa envolver ativamente os membros dessas comunidades no processo de planejamento e implementação das políticas.

O processo de inclusão social e produtiva promovido pelo PRAF ocorreu por meio de reuniões participativas entre as famílias e o IDR Paraná, visando identificar seus principais objetivos e demandas. Durante esses encontros, as equipes de extensionistas (Ater) negociavam, juntamente com os agricultores, quais projetos seriam viáveis, tanto economicamente quanto tecnicamente, levando em consideração as habilidades e as condições das UPs. Outro ponto relevante foi a capacitação dessas famílias, visando o planejamento adequado de seus projetos e a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários do programa. Em algumas regiões, as famílias beneficiadas foram reunidas para receber cursos profissionalizantes e informações técnicas sobre diversos aspectos relacionados a seus projetos.

O contato com as instituições buscou ir além do benefício do PRAF, pois, nas reuniões, também eram apresentadas as outras políticas públicas que estavam disponíveis às famílias agricultoras, mas cujas informações lhes faltavam. Sen (2000) enfatiza que as capacidades podem ser aumentadas por políticas públicas, mas que esse é um processo de mão dupla, pois a própria política pode ser estimulada pelo uso ativo das capacidades participativas. Quanto maior a participação das famílias, maior será a expansão das capacitações, bem como o envolvimento na criação de outras políticas e de demandas que possam contribuir com o coletivo e com a qualidade de vida. Sen (2000) argumenta que para a efetividade das capacidades substantivas dos atores, a participação social em todas as etapas operacionais da política é crucial.

A diversificação de atividades apoiadas pelo PRAF é uma estratégia para abordar as diversas demandas locais e promover a segurança alimentar (SAN) das famílias rurais. A amplitude dessas atividades, tanto agropecuárias quanto não agropecuárias, sugere uma abordagem holística para o combate à pobreza rural,

reconhecendo a complexidade das realidades locais e a necessidade de soluções multifacetadas. Nesse contexto, a diversificação de atividades surge como uma ideia central. Embora o PRAF apoie uma ampla gama de iniciativas, incluindo avicultura, horticultura, bovinocultura leiteira e suinocultura, é crucial ampliar a atuação do programa para outras atividades produtivas, econômicas e de geração de renda.

Além disso, os dados ressaltam a importância do acesso equitativo ao saneamento básico para melhorar a qualidade de vida no meio rural. Apesar dos esforços para promover o saneamento, ainda há desafios significativos a serem superados, como a baixa proporção de famílias rurais com acesso adequado ao saneamento básico. Portanto, é fundamental explorar as barreiras específicas que impedem esse acesso e desenvolver estratégias eficazes para superá-las, garantindo que todas as famílias rurais possam desfrutar desse direito fundamental.

A integração de esforços entre diferentes políticas públicas emerge como uma abordagem promissora para enfrentar os desafios da pobreza rural de forma abrangente. A sinergia entre o saneamento e as atividades agropecuárias e não agropecuárias do PRAF podem levar a resultados mais positivos e sustentáveis para as comunidades rurais.

No entanto, é essencial que as políticas sejam bem coordenadas e tenham foco nas pessoas, considerando as necessidades específicas das comunidades rurais. O PRAF reforça a importância de incluí-las ativamente no desenvolvimento e na execução das políticas, o que aumenta a relevância e a sustentabilidade dos projetos. Para isso, os responsáveis pela implementação das políticas devem buscar estratégias que incentivem a participação e o fortalecimento das comunidades, ampliando sua capacidade de transformação.

Procurou-se também trazer para a análise alguns dados qualitativos, a partir das falas dos atores sociais participantes do PRAF, como forma de complementar os dados quantitativos e desenvolver uma análise qualiquantitativa do programa. É importante que alguns relatos sejam descritos, como o de uma agricultora do município de Mangueirinha, que inclui entre as suas principais demandas a instalação de um banheiro e a melhora da produção para o autoconsumo. Com a orientação da Ater, ela aperfeiçoou a produção agrícola, aumentou a oferta de alimentos para autoconsumo e comercializou os excedentes para os mercados. A agricultora comenta que:

A vida melhorou muito, hoje me sinto mais feliz, consegui, com a ajuda do projeto e o apoio do IDR-Paraná, melhorar e aumentar minha produção, antes eu plantava às minhas custas, mas não conseguia uma quantia boa e não dava muito bem. Ela me incentiva, me anima. Ter o banheiro também foi uma benção, porque antes era difícil, aqui é muito frio e muitas vezes a noite nós tinha que ir longe na patente e quando chegava visita era complicado, sem banheiro. Quero dizer para outras mulheres que não desistam, tem que ter vontade de plantar, fazer, acreditar e ter força (PARANÁ, 2021b, p. 71).

No município de Diamante do Oeste, houve o fortalecimento da agroindústria, em que a família buscou os recursos em um forno e misturador, melhorando os equipamentos de trabalho e a elaboração de alimentos do empreendimento. A agricultora comenta: “O projeto nos deu oportunidade de melhorarmos nossas atividades, podendo aumentar a produção e a qualidade dos nossos produtos. Sou grata pelo projeto e pelo apoio do IDR-Paraná” (PARANÁ, 2021b, p. 25).

Há relevância em fortalecer a AF, especialmente se tais agroecossistemas são de bases ecológicas e diversificadas. Tais formas de produção são ideais para apoiar a participação inclusiva e desencadear processos ativos de agência dos AFs, especialmente os protagonizados por atores marginalizados. Além disso, os alimentos produzidos ecologicamente podem ser comercializados pelos agricultores, abastecendo consumidores locais e regionais a partir de cadeias curtas, que primam por dietas saudáveis e sustentáveis, e ajudam a transformar o sistema alimentar industrial (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Mpofu (2020) destaca a importância de aprimorar a infraestrutura rural em várias dimensões para garantir qualidade de vida e promover uma produção mais sustentável. A autora defende a ampliação da disponibilidade e da acessibilidade de serviços financeiros, como crédito e financiamento, para aumentar a produtividade da terra e favorecer o desenvolvimento local, considerando as particularidades regionais. Embora o PRAF contribua com a construção de saneamento básico, ele não é suficiente para erradicar a pobreza multifacetada, necessitando de estratégias adicionais.

Quando se analisa o conjunto de precariedades em que essas pessoas vivem e que pesquisas já mapearam (das moradias, da área de terras, do capital social, da saúde, do baixo nível educacional, sem tecnologias, baixas rendas, dentre outras carências, somente para citar algumas), nota-se que o caminho ainda é bastante longo para a superação da pobreza rural, para atingir o que alguns autores têm caracterizado como seu “núcleo duro”. Nesse sentido, as ações, iniciativas e políticas devem ir além das questões sociais, produtivas e não agropecuárias, que são as mais amparadas pelo PRAF (GAZOLLA; AQUINO; SIMONETTI, 2018).

Vale destacar a importância de o PRAF estar conectado com o grande paradigma societal dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) dispostos pela Agenda 2030. Dos seus 17 ODS, muitos deles possuem estreita ligação com a atuação do PRAF, auxiliando a consecução dos ODS no Estado do Paraná. Cita-se os principais: “a erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, saúde e bem-estar, água potável e saneamento, trabalho decente e crescimento econômico e redução das desigualdades” (AGENDA 2030, 2015).

O PRAF no Estado do Paraná também é uma política fundamental quando se analisa, em nível nacional, o processo de enfraquecimento, desestruturação, paralização e desmonte das políticas públicas para agricultura familiar que está em

curso no atual momento histórico (JUNIOR WESZ, 2021). Pelo menos em nível estadual, a AF mais empobrecida, a partir do PRAF, teve oportunidades de conduzir seus sistemas produtivos com orientação técnica em atividades agropecuárias e não agropecuárias que fortalecem a qualidade de vida e a produção das famílias.

Trabalhando com inclusão social e produtiva, a política estimulou alguns potenciais dessas famílias, expandindo suas capacidades humanas e produtivas, que, embora insuficientes para mudar estruturalmente a vida desses atores, retiraram-nos definitivamente da pobreza. As mudanças estruturais só seriam possíveis a partir de um conjunto mais audacioso de políticas públicas multifocais, em que as variadas deficiências ao desenvolvimento humano e rural das famílias fossem atacadas (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi analisar a atuação do Programa Renda Agricultor Familiar (PRAF) na inclusão social e produtiva das famílias pobres do Paraná. O estudo demonstrou que o programa contribuiu para garantir a segurança alimentar e nutricional (SAN), melhorar as condições sanitárias e ambientais, e fomentar atividades produtivas. A assistência técnica rural (Ater) foi crucial ao estimular a participação das famílias na gestão do programa, ampliando suas capacidades e conhecimentos.

Apesar dos avanços, o PRAF ainda enfrenta desafios. A distribuição orçamentária deve ser aprimorada em municípios com um maior número de famílias vulneráveis, e o sistema de informações precisa ser de integração, utilizando dados do CadÚnico e do IBGE para corrigir lacunas. Essas melhorias são essenciais para que o programa atinja seus objetivos de forma mais eficaz e esteja bem focalizado e especializado junto aos atores e regiões em que a pobreza rural é maior.

Além disso, embora o PRAF tenha fortalecido a rede de proteção social, é fundamental adotar uma abordagem mais abrangente para lidar com as múltiplas carências dos indivíduos vulneráveis. Investimentos em áreas como educação, saúde, organização social e acesso a tecnologias digitais são necessários. Essas questões devem ser priorizadas para garantir uma inclusão efetiva e promover o desenvolvimento humano e rural das famílias atendidas pelo programa.

Após a análise dos dados, este estudo sugere uma integração de dados do CadÚnico e do IBGE para aprimorar a eficácia do PRAF na identificação das necessidades das famílias vulneráveis. A realização de comparações entre o PRAF e programas similares em outros estados também pode revelar boas práticas. Outras pesquisas poderiam analisar a interseção entre segurança alimentar e saúde, o impacto das tecnologias digitais na inclusão social, nas iniciativas de educação e na capacitação, e a colaboração intersetorial de políticas públicas, visando fortalecer a atuação do PRAF na inclusão social e produtiva.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. *et al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO, 2002.
- AGENDA 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). **Agenda 2030**, [s. l.], 2015. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em: 1 jun. 2022.
- AQUINO, J. R. *et al.* Articulação de políticas para a superação da pobreza rural: um estudo das interfaces entre o programa bolsa família e as políticas de inclusão produtiva no Nordeste e no Sul do Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 48, n. 4, p. 155-173, out./dez. 2017.
- AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. do Heterogeneidade e dinâmicas das fontes de ocupação e renda das famílias rurais nos estados do Nordeste brasileiro. **Grifos**, v. 29, n. 50, p. 126-148, 2020.
- BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: 30 jun. 2025.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Panorama Social de América Latina 2018.** Santiago: Comisión Económica para América Latina Y El Caribe, 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/44395-panorama-social-america-latina-2018>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- DOANE, P. D.; SEWARD, L. E. **Estatística aplicada à administração e economia.** 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, 2009.
- GAZOLLA, M.; AQUINO, J. R. de; SIMONETTI, A. L. Análise das condições socioeconômicas e vulnerabilidades produtivas dos agricultores familiares pobres do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento (RPD)**, Curitiba, v. 38, n. 133, p. 177-196, 2018.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. (Série Estudos Rurais).
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, p. 481-515, 2008.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Paraná: IBGE, 2019.

JANNUZZI, P. M.; SOUSA, M. F. Pobreza, desigualdade e mudança social no Brasil de 1992 a 2014: tendências empíricas para análise dos efeitos do Plano Brasil Sem Miséria e da estratégia brasileira de desenvolvimento inclusivo. *In: JANNUZZI, P. et al. (org.). Brasil sem Miséria: resultados institucionais e desafios. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, n. 25, p. 22-54. 2016.

JUNIOR WESZ., V. J. O PRONAF pós-2014: intensificando a sua seletividade? **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 89-113, 2021.

KERSTENETZKY, C. L.; KERSTENETZKY, J. O Estado (de bem-estar social) como ator do desenvolvimento: uma história das ideias. **Revista Dados**, v. 58, p. 581-615, 2015.

LOVATEL, M.; SIMONETTI, A. L.; GAZOLLA, M. Vulnerabilidades socioeconômicas e produtivas dos agricultores familiares pobres de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 6, n. 3, p. 147-174, 2018.

MARIN, M. Z. Agricultura familiar, pluriatividade e juventude rural no Município de Guarapuava-PR. **Tópicos em Ciências Sociais**, Uberlândia: Poisson, v. 7, p. 26, 2021.

MIEŽIENĖ, R.; KRUTULIENĖ, S. The impact of social transfers on poverty reduction in EU countries. **Baltic journal of European studies**, v. 9, p. 157-175, 2019.

MOURA, E. N.; PROCOPIUCK, M. GIS-based spatial analysis: basic sanitation services in Parana State, Southern Brazil. **Environmental monitoring and assessment**, v. 192, n. 2, p. 1-13, 2020.

MPOFU, E. COVID-19 crisis: time to reflect on how we live and interact with nature. **Agriculture and Human Values**, v. 37, n. 3, p. 541-542, 2020.

PARANÁ. Decreto nº 2.573 de 8 de outubro de 2015. Regulamenta o art. 18 da Lei nº 17.734, de 29 de outubro de 2013, que autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro às famílias em situação de vulnerabilidade social, incluídas no Programa Família Paranaense e dá outras providências. **Diário Oficial do Paraná: Poder Executivo**, Curitiba/PR, ano 102, n. 9.553, p. 26-28, 9 jan. 2015.

PARANÁ. Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. **Renda agricultor familiar**. Curitiba, PR: Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná; Secretaria da Agricultura e do Abastecimento; Secretaria da Justiça, Família e Trabalho, 2021a. (Nossa Gente Paraná, ed. esp.) Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/system/files/publico/Diversos/NossaGenteParana.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2022.

PARANÁ. Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. Programa Renda Agricultor Familiar. **Secretaria da Justiça, Família e Trabalho**, [s. l.], 2021b. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Renda-Agricultor-Familiar>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2000.

THOMAS, K. *et al.* Explaining differential vulnerability to climate change: a social science review. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change**, v. 10, n. 2, p. e565, 2019.

UNITED NATIONS. The human right to water and sanitation: Resolution adopted by the General Assembly 64/292. **United Nations**, New York, 2010. Digital Library. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/687002>. Acesso em: 3 jan. 2022.

VEDANA, R. *et al.* Empoderamento feminino na agricultura: um estudo na Lar Cooperativa Agroindustrial (Paraná). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, 2022.

VIECELLI, P.; GAZOLLA, M.; MARINI, M. J. Plano Brasil sem miséria: uma análise das metas e do acesso as políticas públicas de inclusão produtiva no campo. **Revista Grifos**, v. 26, n. 42, p. 14-46, 2017.

WEDIG, J. C. Acontecimentos e memórias da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná. **Anuário Antropológico**, n. 1, p. 213-231, 2020.